

Falta de quórum evita legalização de invasões

O presidente interino da Câmara Legislativa, José Edmar, aproveita a passagem pelo cargo para tentar aprovar projeto de sua autoria

Andrêa Depieri
Da equipe do Correio

Os moradores da Estrutural, da Invasão do Recanto das Emas e do Setor M-Norte lotaram a galeria da Câmara Legislativa, ontem à tarde, para pressionar os parlamentares. Eles exigiam a votação e aprovação de três projetos que prevêm a legalização da Cidade Estrutural e a regularização dos terrenos nas outras duas áreas. Uma dificuldade, porém, teria que ser contornada, pois os projetos não constavam da pauta do dia.

Problema resolvido: depois de uma saraivada de aplausos aos deputados Marcos Arruda (PSDB), Adão Xavier (PFL) e Luiz Estevão (PMDB), que defenderem os projetos, o presidente interino da Câmara, deputado José Edmar (PSDB) convocou sessão extraordinária, para apreciação e votação das propostas. José Edmar foi acusado pelos petistas de agir em causa própria. Ele é autor do projeto que prevê a regularização da Cidade Estrutural. — Geraldo Magela, atual presidente da Câmara Legislativa, está em viagem de negócios.

EXPLICAÇÃO

“A sessão extraordinária existe para podermos apressar a votação de projetos que sejam urgentes. Convoquei esta sessão a pedido do deputado Arruda. Não tenho ne-

nhum compromisso com o Executivo como tem o presidente Geraldo Magela (PT). Estou na presidência e posso pôr em votação qualquer projeto que classifique como urgente. Tanto faz que seja de minha autoria ou de qualquer outro deputado”, disse Edmar, tentando se justificar.

Segundo o parlamentar, o presidente Magela não tomou essa atitude antes porque tem compromissos com o governo Cristovam Buarque.

QUÓRUM

Mas a sessão extraordinária da Câmara não durou muito tempo. Faltou quórum, ela foi cancelada às 18h30. Apenas nove deputados estavam em plenário e são necessários 13 para votação de projetos.

O primeiro projeto em pauta era de autoria do deputado José Edmar, tratando da criação da Vila Comunitária, destinada a habitações econômicas para população de baixa renda do Distrito Federal. A área reservada para a vila está localizada entre o Córrego Cabeceira do Valo, a Oeste; a Via Estrutural, ao Sul e a DF 097, ao Norte. O projeto é basicamente cópia do projeto da Cidade Estrutural, do próprio Edmar, aprovado na Câmara e vetado pelo governador Cristovam Buarque.

DOAÇÃO

O segundo projeto, de autoria do deputado Marcos Arruda, prevê a

doação dos terrenos para as pessoas que moram no Setor M-Norte e construíram casas no sistema de mutirão. “Caso ele seja aprovado, o pessoal que tem concessão de uso do terreno, com apenas um pagamento simbólico, se tornaria proprietário do lote”.

O outro, do deputado Adão Xavier, trata da regularização dos terrenos da Invasão do Recanto das Emas.

Depois de tanta confusão, convoca sessão, cancela sessão, alguns deputados se irritaram. Foi o caso de Peniel Pacheco (PSDB-DF). Ele era contra a legalização da Estrutural, mas quando entrou para o PSDB se convenceu de que a área da Invasão da Estrutural deve ser destinada para uso misto (comercial e residencial).

IRRITAÇÃO

“Vocês estão jogando. Eu estou trabalhando sério. Não quero mais participar de nenhuma discussão sobre o problema da Estrutural. Eu disse para não convocar a sessão porque precisamos de tempo e muita conversa para convencer os outros parlamentares”, reclamou o deputado Peniel, que anteriormente havia prometido ao pessoal da galeria que votaria a favor do projeto.

O deputado Wasny de Roure (PT) disse que o partido do governo está disposto a negociar. “Estamos dispostos a conversar. Isso não quer dizer que vamos destinar aquela área para residências. Podemos discutir um projeto misto. Mas uma coisa é certa: Não vamos contrariar a linha de trabalho do Idhab (Instituto de Desenvolvimento Habitacional)”, concluiu.